

Inserção da Responsabilidade Social Corporativa no currículo de Administração no Brasil

Nonato Assis de Miranda

Doutor em Educação – Unicamp; Mestre em Administração – FECAP e em Educação, Administração e Comunicação – Universidade São Marcos; Professor – UNIP. São Paulo – SP [Brasil] mirandanonato@uol.com.br

Dirceu da Silva

Doutor em Educação – USP; Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp e do Mestrado em Administração – IMES; Campinas – SP [Brasil] dirceuds@unicamp.br

Fernanda Oliveira Simon

Mestre e doutoranda em educação – Unicamp; Professora da Faculdade Comunitária de Campinas. Campinas – SP [Brasil] fersion@uol.com.br

Estéfano Vizconde Veraszto

Mestre e doutorando em educação – Unicamp; Professor da Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia, das Faculdades Integradas Maria Imaculada e da Instituição de Ensino São Francisco. Campinas – SP [Brasil] estefano@unicamp.br

Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma pesquisa sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a organização curricular do curso de Administração no Brasil. O objetivo principal foi identificar a importância dada à RSC a partir da análise da grade curricular e das ementas do curso. Trata-se de pesquisa qualitativa cujos dados foram analisados, recorrendo-se à técnica denominada análise de conteúdo, de Bardin (1977). Os resultados apontam que a RSC ainda é assunto que não merece destaque nas matrizes curriculares das instituições de ensino superior (IESs). Entretanto, percebeu-se a preocupação com a temática a partir da análise de documentos oficiais do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Administração que orientam a organização curricular do curso de Administração.

Palavras-chave: Currículo. Curso de administração. Projeto político-pedagógico. Responsabilidade Social Corporativa.

1 Introdução

Para Borger (2001), as empresas têm de competir num ambiente de negócio cada vez mais complexo, no qual não é mais suficiente oferecer qualidade e preço competitivo, além de obedecer às leis e pagar os impostos. O que se observa é que as companhias de sucesso são cada vez mais pressionadas a olhar, cuidadosamente, para os impactos de suas ações na organização e em seu entorno. Assim, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tornou-se tema de grande relevância que se tem propagado e transformado em importante variável na estratégia competitiva e de avaliação de desempenho no mundo empresarial.

Entretanto, o conceito de RSC se apresenta diverso e dinâmico, variando conforme o contexto e o local. Para o Instituto Ethos¹, as maneiras como as empresas realizam seus negócios definem sua maior ou menor RSC. E mais, o conceito de RSC está relacionado à ética e transparência na gestão dos negócios e deve refletir-se nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2003).

Partindo do pressuposto de que as empresas são geridas por pessoas que, em geral, têm graduação em nível superior, entende-se que o curso de Administração tem papel preponderante na formação de profissionais que atuarão nas empresas socialmente responsáveis. Portanto, desenvolver nos graduandos mentalidade crítica, empreendedora, proativa, focada em responsabilidade social é a sublime missão da Instituição de Ensino Superior (IES) compromissada com a educação do presente e do futuro. Acredita-se que, somente assim, seja possível idealizar um perfil profissional considerado ético, e que conduza as organizações aos resultados pretendidos. Espera-se que esse novo profissional promova o equilíbrio, a justiça social e aja em prol da melhoria das condições de vida das pessoas, respeitando a natureza, o meio ambiente e, sobretudo, reconhecendo as diferenças individuais dos seres humanos.

Para que isso seja possível, faz-se necessário que o projeto pedagógico da IES contemple a responsabilidade social a partir da organização curricular dos cursos que formam gestores para atuação nas mais diversas áreas do sistema produtivo e político, como no curso de Administração. Em relação ao projeto pedagógico, Libâneo (2004) afirma que se consolida em documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na IES, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade estudantil. Constitui-se no elemento nuclear do projeto pedagógico, pois viabiliza o processo de ensino e aprendizagem.

Em face do exposto, neste trabalho, analisa-se o projeto pedagógico-curricular do curso de Administração em IESs públicas e privadas brasileiras, na busca de possíveis relações entre a organização curricular do referido curso e as demandas de mercado por gestores que atendam às exigências de empresas socialmente responsáveis.

2 O ensino de administração no Brasil

Para compreender a evolução do ensino de administração no Brasil, toma-se como referência, além dos aspectos políticos e econômicos, o processo de privatização do ensino superior, principalmente a partir da segunda metade da década de 1960. Entretanto, a bibliografia aponta que sua gênese se dá em período anterior. Serva (1990, *apud* LAUDARES, 2001) afirma que a política desenvolvimentista iniciada no governo de Getúlio Vargas foi a primeira causa do surgimento das escolas pioneiras de administração superior no Brasil. Para o autor, em decorrência de uma divisão internacional do trabalho, os países de economias periféricas passaram a demandar a formação de uma burocracia. Para Covre (1981), os resquícios da evolução do curso datam de período que antecede o crescimento vertiginoso alcançado na mesma década. A autora entende que os aspectos do desenvolvimento e do espírito modernizador em que a

sociedade brasileira se viu a partir da década de 1940 correspondem ao marco inicial para o crescimento do curso de Administração no Brasil. De acordo com Martins (1988), a partir desse período, acentuou-se no Brasil a necessidade de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, a profissionalização do ensino de administração passou a ser vista com bons olhos.

Criado em 1952 pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o curso de Administração apresenta grandes avanços até hoje. O objetivo inicial da IES era formar especialistas para atender ao setor produtivo, inspirando-se em modelos estadunidenses, após uma série de visitas feitas por representantes da FGV a universidades dos Estados Unidos. Sua criação teve apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em inglês, UNESCO). Com tais convênios, esses organismos internacionais previam a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento de docentes no exterior.

Diante disso, Martins (1988, p.37) afirma:

[...] a partir da Ebap no Rio de Janeiro, a FGV preocupou-se com a criação de uma escola destinada especificamente à preparação de administradores de empresa, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial.

Com base nesse cenário, percebeu-se que a criação de outras IESs seria iminente. Em 1954, foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), pois, para a FGV, a cidade era considerada a capital econômica do país, o “coração e cérebro” da iniciativa privada, sendo atendidas as expectativas do empresariado paulista. Para tanto, a FGV contou com o apoio dos governos estadual e federal, e da iniciativa privada, além do convênio firmado com o Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (em inglês, USAID).

Outra IES relevante para o desenvolvimento do ensino de administração no Brasil foi a Universidade de São Paulo (USP), que surge em 1934, por meio de articulações de políticos, intelectuais e jornalistas de São Paulo. Entretanto, somente em 1946 foi criada a Faculdade de Economia e Administração (FEA), cujo objetivo era formar funcionários para os grandes estabelecimentos de administração pública e privada (ANDRADE, s/d.).

Outro aspecto importante para a evolução do curso de Administração foi a regulamentação da profissão de administrador, com a Lei 4.769 (BRASIL, 1965). Com base nessa lei, definiu-se, no seu artigo 3º, que o exercício da profissão de Técnico em Administração era privativo dos bacharéis em Administração Pública ou de empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficializados ou reconhecidos, cujos currículos seriam definidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), nos termos da Lei 4.024 (BRASIL, 1961), que fixava as diretrizes e bases da Educação brasileira. Com isso, houve ampliação do campo de atuação para o profissional de administração.

O Parecer 307, aprovado em 8 de julho de 1966 pelo CFE, fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração e, com isso, foram institucionalizados no Brasil a profissão e a formação de técnicos em administração. Esse currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e as condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo; matérias instrumentais, oferecendo modelos e técnicas conceituais ou operacionais, e matérias de formação profissional (ANDRADE, s/d.).

A pesquisa mostrou que o processo de evolução do curso de Administração não foi vinculado às IESs, conforme ocorrido na USP, mas às faculdades isoladas que proliferam no processo de expansão e privatização do ensino superior. Para Martins (1988), o fato está relacionado a transformações no plano econômico. Para ilustrar esse quadro, recorreu-se às estatísticas do ensino superior, observando-se que, até 1960, o Brasil contava com apenas duas IESs de administração; em 1980, esse número passou para 305; em 2000,

para 1.462 e, em 2006, alcançou a cifra de 1.684 unidades, das quais 1.007 são do setor privado (MEC/INEP, 2008).

Não obstante, esse fenômeno não é apenas nacional posto que, segundo Pfeffer e Fong (2003), a educação em administração cresceu em todo o mundo. Encontrou-se, nesse estudo, que em 2001, nos Estados Unidos, 1.292 escolas e universidades ofereciam cursos de graduação em administração e que, na Inglaterra, o número de escolas de negócio passou de 20, no início dos anos 1980, para 120, em 1996. Ademais, fato similar foi observado, no mesmo período, na Ásia e Europa Continental (PFEFFER e FONG, 2003). Portanto, apesar dos questionamentos constantes feitos acerca da eficácia dos cursos de Administração, nota-se que a educação nessa área tornou-se grande negócio, crescendo em todo o mundo, principalmente na última década.

3 Considerações sobre currículo e o ensino de administração

São muitas definições de currículo, tais como conjunto de disciplinas de um curso; resultados buscados na aprendizagem; experiências que devem ser providas aos estudantes; princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura. Para Libâneo (2004), adotar uma ou várias delas dependerá de opção, entre as muitas teorias em voga. Contudo, Moreira e Silva (2002) afirmam que currículo não é apenas uma lista de técnicas e procedimentos, mas também artefato da sociedade e da cultura. Assim, conhecer um currículo seria pensar numa construção com dimensões sociais, políticas e de conhecimento. Libâneo (2004) aponta que hoje é bastante aceita a idéia de que currículo, além da seleção da cultura produzida pela sociedade, é ambientação para vivenciar experiências culturais.

As discussões sobre currículo não são recentes; em território nacional, as primeiras preocupações datam dos anos 1920 (LOPES e MACEDO, 2005). De acordo com as autoras, desde então, até a década de 1980 do século passado, o campo foi marcado pela transferência instrumental de teorizações americanas.

Silva (1999) entende que muitas teorias de currículo têm sido elaboradas, mas que a questão central é sempre a mesma: o conhecimento que deverá ser ensinado e quais as características esperadas do indivíduo formado com base num determinado currículo.

Grosso modo, as teorias do currículo podem ser agrupadas em duas grandes categorias: as tradicionais e as críticas. De acordo com Silva (1999), as teorias tradicionais estão focadas em modelos influenciados por Bobbit voltados à extrema organização, objetivando desenvolver, nos alunos, aspectos adultos. Para o autor, no fim dos anos 1970, formam-se as teorias críticas como movimento de reconceitualização do currículo. Tais teorias se preocupam com um conteúdo e valorizam os interesses do aluno, apontando para a ação do currículo sobre o indivíduo e para as questões de poder aí constituídas.

Ainda valendo-se de Silva (1999), nota-se que, atualmente, as teorias pós-críticas do currículo reconhecem e sistematizam os avanços pontuados pelas teorias críticas, buscando, contudo, ações nas quais as questões de poder podem ser relativizadas na estrutura curricular, considerando aspectos contemporâneos.

Com referência ao exposto e após análise do projeto pedagógico de algumas IESs que contemplam as orientações do Conselho Federal de Administração (CFA), entende-se que o currículo corresponde ao contido nas teorias pós-críticas. Essa idéia fundamenta-se também na concepção do CFA de que o currículo deve ser entendido em sua dimensão mais ampla de desempenhos esperados, de desejado relacionamento com o meio, suas IESs, organizações, professores, alunos, empresas, envolvendo-se com sua ideologia e filosofia de educação. No caso de administração, deve não só responder às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, reproduzidor das forças produtivas e das relações sociais, para promotor de novas relações produtivas e sociais. Nessa perspectiva, o currículo constitui-se agente transformador capaz de ajustar-se, com rapidez, aos avanços das ciências e da tecnologia, no estabelecimento de uma nova ordem (CFE, 2005).

4 Metodologia

O tipo de metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa descritiva, ou seja, aquela que objetiva conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir, para modificá-la (CHURCHILL JUNIOR; IACOBUCCI, 2004), sobretudo quando se trata de situações pouco conhecidas (TOBAR; YALOUR, 2001) como o tipo proposto de análise.

A investigação foi feita a partir de leitura exploratória e posterior análise de projetos pedagógico-curriculares de administração, disponibilizados na rede mundial de computadores (internet). Buscou-se, nos projetos pedagógicos, mais especificamente nas grades curriculares do curso, a disciplina Responsabilidade Social ou outras que abordassem o tema e, em suas respectivas ementas, possíveis relações entre os propósitos da RSC e os objetivos do curso de Administração.

Para análise das ementas, além de buscar relações com a RSC, recorreu-se à técnica denominada análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Foram analisadas 33 matrizes curriculares de IESs públicas e privadas que oferecem o curso de Administração em diversas regiões brasileiras (Quadro 1).

4.1 Resultados

Antes de apontar os resultados, é importante fazer referência ao currículo de administração, considerando-se a legislação em vigor. A Resolução 4 (CFE, 2005), em seu artigo 5, determina que os cursos de graduação em administração contemplem, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional,

segundo perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio com tecnologias inovadoras.

A partir da leitura desse documento, entende-se que a RSC deve fazer parte da matriz curricular, se não como disciplina, pelo menos transversalmente, isto é, perpassando outras disciplinas do curso.

Outros aspectos considerados na análise de dados deste estudo foram as sugestões propostas na Resolução 4 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 2005). Esse documento afirma que as IESs têm, obrigatoriamente, dois anos para implantar as mudanças no currículo dos alunos ingressantes. Portanto, não foi possível afirmar se as grades curriculares analisadas estão adequadas às mudanças definidas na resolução. Todavia, percebeu-se que as disciplinas que contemplam a formação básica do administrador, entendendo, nesse caso, a formação ética e, conseqüentemente, questões voltadas à RSC, que constavam da resolução anterior, ou seja, 1/2004, permaneceram muito próximas, sem prejuízo à análise dos dados.

4.2 Pesquisando o currículo de Administração

Tomando por base a observação do modo de construção do currículo, iniciou-se a pesquisa das disciplinas que pudessem estar relacionadas à Responsabilidade Social. Observaram-se ementas de disciplinas que abordassem, de maneira geral, a responsabilidade social, considerando seu contexto histórico e sua importância, como estratégia competitiva para o campo empresarial. Com isso, foram investigadas as ementas das disciplinas Responsabilidade Social, Ética, Filosofia e Ética e Gestão Ambiental.

Ano do projeto pedagógico (ementa)	Natureza da IES	Quantidade de currículos analisados	Disciplina
2004-2006	Federal	02	Responsabilidade Social (1) Ética (1)
2004-2006	Estadual	04	Filosofia e Ética (4)
2004-2006	Confessional	02	Gestão Ambiental (1) Ética (1)
2004-2006	Privada	25	Responsabilidade Social Organizacional (1) Filosofia e Ética (11) Ética (1) Gestão Ambiental (11) Ética Profissional (1)

Quadro 1: Distribuição das matrizes curriculares analisadas por natureza da IES (Brasil).

Fonte: Os autores.

Após análise dos dados, verificou-se que apenas duas IESs, uma pública federal e outra privada, trazem em suas matrizes curriculares a disciplina Responsabilidade Social. Entretanto, 19 IESs oferecem as disciplinas Ética ou Filosofia e Ética, que podem tratar da Responsabilidade Social, e 12, da Gestão Ambiental.

O próximo passo foi analisar as ementas das disciplinas. Esse procedimento objetivou verificar como a temática é abordada pelo curso. No caso da disciplina Responsabilidade Social, encontrou-se como objetivos: despertar no discente a preocupação com a RSC, capacitando-o para gestão fundamentada na integridade e em valores éticos, ambientais e filantrópicos; promover a abordagem sobre o papel do Estado, organizações de mercado (com fins lucrativos) e organizações do terceiro setor (sem fins lucrativos), na busca de ações equilibradas, visando ao crescimento e desenvolvimento sustentável das sociedades contemporâneas.

Como se vê, quando se trata de disciplina específica, nota-se que os objetivos vão ao encontro de proposta que atende às necessidades do discente ante a nova realidade que a responsabilidade social assumiu no mundo corporativo. Vale dizer que, diferentemente das demais, optou-se, nesse caso, pela análise dos objetivos por tratar-se de disciplina com foco exclusivo na pesquisa.

Acreditava-se que a ética pudesse abordar a responsabilidade social sob a forma de tópico. No entanto, tomando como referência algumas das ementas das matrizes analisadas, percebeu-se que a tarefa era complexa, posto que, entre as ementas consultadas, encontrou-se:

- a) Lógica; Teoria do conhecimento; Ética; Filosofia Política.
- b) Ética e seus fundamentos; Ética e Moral; Ética deontológica e teleológica; Ética absoluta e relativa; Relação da ética com outras ciências e esferas do pensamento; Mercado de trabalho e o campo de atuação do profissional; Direitos e deveres do profissional; Código de ética profissional do administrador; Papel das associações de classe, do Conselho Regional de Administração (CRA) e do CFA.

Pelo que se observa, não é possível afirmar se a questão da responsabilidade social está sendo abordada de duas maneiras: 1) no tópico “Ética”, a responsabilidade social estaria inserida na ética como um todo; 2) nos tópicos voltados ao mercado de trabalho, direitos e deveres do profissional e a ética profissional poderiam discutir a responsabilidade social, o que é apenas suposição, não havendo, portanto, condições de fazer afirmações contundentes a esse respeito.

Em relação à gestão ambiental, buscou-se analisar essa disciplina no currículo, pois entendemos que tenha ligação direta com responsabilidade social. Tal fato é corroborado a partir do conteúdo das ementas analisadas: Meio ambiente; Processos de redução de impacto ambiental; Legislação e normas ambientais; Políticas ambientais; e Gestão ambiental no contexto das organizações.

Nota-se que, nessa disciplina, há vários assuntos relacionados à responsabilidade social. Portanto, acredita-se que o currículo que traz essa ementa está abordando a temática, pelo menos parcialmente. Não obstante, para justificar esse ponto de vista, vale-se dos conceitos de RSC. Para tanto, recorre-se a Benbeniste (2002), tomando como referência a análise feita em documentos de organismos públicos internacionais como a ONU, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e União Européia, ou ainda, do setor privado como World Business Council for Sustainable Development e Corporate Social Responsibility Europe. Partindo do estudo da autora e dos tópicos abordados na ementa, reafirma a contribuição da disciplina Gestão ambiental que faz parte da matriz curricular.

Em relação à disciplina Filosofia e Ética, em II dos currículos analisados, percebeu-se que não faz referência direta à responsabilidade social, conforme se observa nas ementas que seguem:

a) Ética e filosofia; Ética e sociedade; Teoria do conhecimento; Sistema de valores; O conceito de justiça; Ética e moral; Ética e cidadania; Dilemas e impasses éticos; Ética profissional.

b) A filosofia e sua relação com a *sophia*, a ciência, a história, a ação e a liberdade. A crise da razão dos antigos contrapondo *episteme* e *doxa* e seu processo histórico de superação. O homem

contemporâneo e as transformações dos alicerces tradicionais da ética e da moral.

c) Introdução: conceituação de filosofia, ética e moral; Relação entre sujeito conhecedor e realidade; O fenômeno da moral; Realidade da ética: princípios e valores éticos; Fundamentos da ética; Ética em nível pessoal e profissional; Códigos de conduta do administrador; Principais doutrinas filosóficas e éticas.

De maneira similar à disciplina Ética, não se vê relação da disciplina Filosofia e Ética com as questões propostas pela RSC, nas ementas 1 e 2. Entretanto, no terceiro caso, no antepenúltimo e penúltimo tópicos, o assunto é abordado, o que, conforme ressaltado, trata-se de suposição.

Considerando que a responsabilidade social do empresário é discutida na América Latina desde o início do século XX, ainda que, como vínculo tradicionalmente reconhecido como filantropia entre a empresa e a sociedade e numa concepção de gestão dos negócios nos últimos anos (CORREA; FLYNN; AMIT, 2004), entende-se que o currículo de administração não vem contemplando a responsabilidade social de acordo com as demandas do mercado.

5 Considerações finais

Ao abordar o currículo do curso investigado, utilizando a técnica de leitura exploratória das ementas disciplinares e das grades curriculares, observou-se que poucas IESs oferecem a disciplina Responsabilidade Social. Entretanto, considerou-se a possibilidade de o currículo em questão trabalhar a responsabilidade social transversalmente, ou seja, perpassando as disciplinas obrigatórias e optativas do curso, recorrendo-se, para isso, a disciplinas afins.

Ao analisar as ementas de disciplinas que pudessem abordar o assunto, percebeu-se que de 33 matrizes analisadas, apenas 12 tratam da gestão ambiental e, em poucos casos, há possibilidade de tratar do assunto a partir da disciplina Filosofia e Ética.

Ainda foi possível observar que, na maioria dos casos, essas disciplinas aparecem no final do curso, às vezes como optativas, ou seja, a respon-

sabilidade social, em um curso para formar gestores que atuarão nos setores privado e público, não tem caráter obrigatório. Em relação a essa organização do currículo, Moreira (2001) afirma que se trata da visão do conhecimento como uma árvore, ou seja, colocam-se as disciplinas comuns no início, e as específicas, no fim.

Por fim, entende-se que o currículo de Administração deve ser revisto para se adaptar às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. Acredita-se que, embora a Lei 9.394 (BRASIL, 1996) faculte às IESs liberdade na elaboração do projeto pedagógico, não significa que possam ignorar os avanços no campo produtivo nacional e internacional. Nessa perspectiva, concorda-se com a afirmação de Borger (2001) de que as organizações mudam quando o ambiente, o mercado e as tecnologias mudam. No entanto, ao que parece, as IESs não percebem esse processo de mudança e podem criar lacuna na formação dos discentes que buscam, na educação superior, possibilidade de ascensão social e inserção no mercado de trabalho.

The insertion of corporate social responsibility in the administration curriculum in Brazil

In the article, the results of a research about corporate social responsibility and the organization of the administration course curriculum in Brazil are presented. The main objective was to identify the given importance to the CSR, from the analysis of the curriculum of the course and its subjects' summaries. It is a qualitative research in which the data were analyzed, according to the method known as content analyses, proposed by Bardin (1977). The results indicate that the CSR is still a subject that does not deserve prominence in the management curriculum of the higher education institutions. However, it was observed that there is preoccupation with the thematic when observed the official documents of Brazilian Ministry of Education and the Federal Management Council that guide the graduate curriculum in the country.

Key words: Administration course.
Corporate social responsibility. Curriculum.
Political pedagogic project.

Nota

I O Instituto Ethos é uma organização não-governamental (ONG) criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Seus 1211 associados – empresas de diferentes setores e portes – têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas, tendo como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente.

Referências

- ANDRADE, R. O. B. de. História e perspectiva dos cursos de Administração no Brasil. *Site Conselho Federal de Administração*, s/d. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/html/f_prof/bchpcab.html>. Acesso em: 27 jul. 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 1. ed. Lisboa: Edição 70, 1977.
- BENBENISTE, S. *El alcance del concepto de la responsabilidad social corporativa de acuerdo a los organismos internacionales promotores del tema*. 2002. Trabalho Final. 21 p. Programa Doctoral: PHD in Management Sciences (ESADE) – Business School, Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/nl0900.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2006.
- BORGER, F. G. *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. 2001. 254 p. Doutorado em Administração – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4024.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2007.
- BRASIL. *Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências*. Brasília: 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4769.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2007.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 27 jan. 2007.
- CHURCHILL JUNIOR, G. A.; IACOBUCCI, D. *Marketing research: methodological foundations*. 9. ed. Chula Vista: South-Western College, 2004.
- CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências*. Brasília: CFE, 2005.
- CORREA, M. E.; FLYNN, S.; AMIT, A. *Responsabilidad social corporativa en América Latina: una visión empresarial*. 1. ed. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.
- COVRE, M. de L. M. A formação do administrador: um estudo da educação enquanto técnica organizatória. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 9, p. 113-137, 1981.
- INEP/MEC. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (2006)*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 27 jan. 2008.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Responsabilidade social para micro e pequenas empresas. Passo a passo*. São Paulo: Ethos/Sebrae, 2003. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2006.
- LAUDARES, H. *Administração e management: realidade e ilusão*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/AppData/Article/humbertoPIBICfinal.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2006.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. *O pensamento curricular no Brasil*. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Currículo: debates contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Série cultura, memória e currículos, v.2).
- MARTINS, C. B. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: MARTINS, C. B. (Org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectiva*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 11-48.
- MOREIRA, A. F. B. O campo do currículo no Brasil: os anos noventa. *Currículo sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-49, 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vollisslarticles/moreira.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2006.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. *Currículo, cultura e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PFEFFER, J.; FONG, C. T. O fim das escolas de negócio? *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 2, p. 11-28, abr./maio/jun. 2003.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. *Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

Recebido em: jan. 2007 / aprovado em: maio 2007

Para referenciar este texto

MIRANDA, N. A. de. et al. Inserção da Responsabilidade Social Corporativa no currículo de Administração no Brasil. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 6. n. 1, p. 35-43, 2007.

